

Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

- **APRESENTAÇÃO À "ANÁLISE SIMPLES DA MAXIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR" DE FRANCIS BATOR**

João Rogério Sanson

- **UMA ANÁLISE SIMPLES DA MAXIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR**

Francis M. Bator

- **O REGIME DE CÂMBIO FLUTUANTE NUMA ETAPA DE TRANSIÇÃO**

Francisco Eduardo Pires de Souza

- **AGREGADOS MONETÁRIOS, NÍVEL DE RENDA NOMINAL, TAXA DE INFLAÇÃO: UMA ANÁLISE DA CAUSALIDADE NO BRASIL, 1972 A 1987**

Divanildo Triches

- **A EXPLOÇÃO DE CONSUMO DO CRUZADO**

Marcelo Cortes Neri

- **METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO DO SETOR ELÉTRICO: QUESTÕES DOS ANOS 90**

João Lizarolo de Araújo
Adilson de Oliveira

- **CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL SEGUNDO OS CENSOS, 1907-1980**

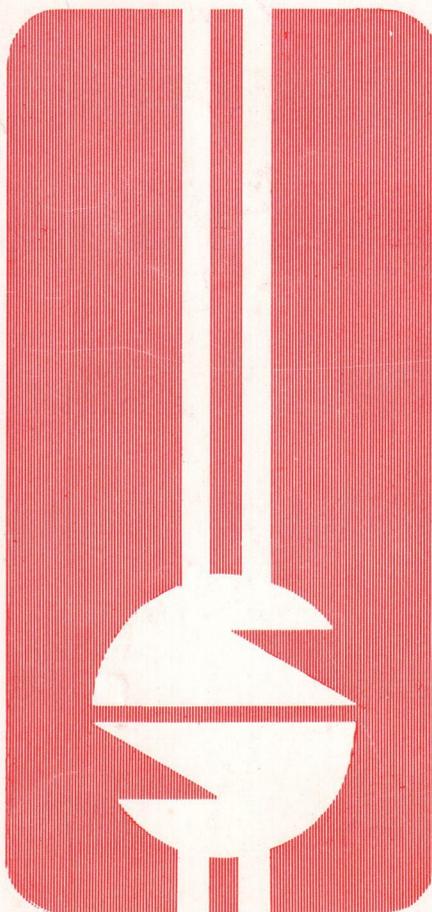
Olimpio J. de Arrouxelas Galvão

- **O VALOR, A RIQUEZA E A TEORIA DE SMITH**

Reinaldo A. Carcanholo

- **O "ESTADO ESTACIONÁRIO" E A ECONOMIA CLÁSSICA**

Gentil Corazza



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof Tuiskon Dick
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretora: Prof^a Yeda Rorato Crusius
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS
Diretor: Reinaldo Ignácio Adams
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Chefe: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Coordenador: Prof. Nali de Jesus de Souza
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL
Coordenador: Prof. Atos Freitas Grawunder

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Fel-
dens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Ernani Hick-
mann, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa
e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pin-
to, Otília Beatriz Kroeff Carrion, Otto Guilherme Konzen, Paulo Alexan-
dre Spohr, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams, Rober-
to Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius, David Gar-
low (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Au-
gusto Lanzer (UFSC), Eleutério F. S. Prado (USP), Fernando Holanda
Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), Joaquim Pinto de Andra-
de (UNB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.)

COMISSÃO EDITORIAL: Atos Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra
Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Maria Ivone de Mello (normalização), Vanete Ricacheski
(revisão de textos), Zélide Bregalda (Secretária)

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista **Análise Econômica** são de ex-
clusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou
parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se permuta com revista congêneres. Aceitam-se, também,
livros para divulgação, elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda correspondência, material para publicação (vide normas na
3^a capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte desti-
natário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA

Revista Análise Econômica

Av. João Pessoa, 52

90.040 – PORTO ALEGRE (RS), BRASIL

Telefones: (0512) 28.1633; 24.6022; 26.0012 – Ramals 3440 e 3507

FAX: (0512) 25.5253

O VALOR, A RIQUEZA E A TEORIA DE SMITH

Reinaldo A. Carcanholo¹

SINOPSE

Este artigo, depois de mostrar que a teoria do valor não pode ser confundida com uma simples teoria dos preços relativos, apresenta uma reinterpretação do enfoque smithiano. Busca-se não suas supostas contradições, mas sua coerência interna. Toda dificuldade na leitura da teoria do valor de Smith foi atribuída a erro do observador, resultado da deformação de seu próprio ponto de vista. Dessa maneira, pode-se mostrar que as críticas que tiveram origem em Ricardo e no próprio Marx, não são satisfatórias em sua quase totalidade. Smith readquire, dessa maneira, maior relevância dentro do pensamento econômico.

1. INTRODUÇÃO

1.1 A Teoria do Valor Como Mera Teoria dos Preços

O primeiro passo que qualquer manual de economia daria ao tratar a teoria do valor seria sua definição. E não teria outro caminho senão tratá-la como uma teoria da determinação dos preços ou, o que é a mesma coisa, dos fatores que explicam os preços relativos das diferentes mercadorias.

Ricardo estaria totalmente de acordo com esse tratamento, como o prova o próprio título da seção I do capítulo I ("Sobre o valor"), de sua

¹ Professor do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Campina Grande, Paraíba.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 9	Nº 15	MARÇO/91	p.183-205
-------------------	-------	-------	----------	-----------

obra fundamental "Princípios de Economia Política e Tributação":

"O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção..."

Tal procedimento, no entanto, envolve uma extrema simplificação do verdadeiro conteúdo da teoria do valor e, por isso mesmo, a sua tergiversação.

Na verdade, com esse procedimento, coloca-se como pergunta central da Economia, como primeira preocupação, a questão dos preços, da sua determinação quantitativa. No entanto, existem perguntas prévias e, em certo sentido, mais relevantes que devem ser respondidas pela Economia como ciência. Elas estão relacionadas com a magnitude, a grandeza da riqueza econômica produzida, portanto, com as condições para o crescimento dessa riqueza.

A resposta à pergunta sobre a magnitude da riqueza produzida parece ser simples e óbvia. Riqueza, poderia dizer-se, é o conjunto dos bens úteis disponíveis para uma determinada coletividade (um conjunto de valores-de-uso); produzir riqueza é produzir tais bens. Como para produzir sempre é necessário consumir insumos (bens previamente existentes) basta utilizar os preços como fator que permite homogeneizar bens diferentes para que possamos calcular a riqueza nova produzida. O preço seria então a medida da riqueza.

Da mesma maneira, se quiséssemos saber a magnitude total da riqueza representada por determinadas quantidades de maçãs e peras produzidas, poderíamos usar seus preços como elemento homogeneizador, como medida homogeneizadora da riqueza.

A primeira dificuldade que surgiria nessa forma de ver o problema seria a escolha dos preços que nos serviriam de base para o cálculo da riqueza produzida. Seriam os preços de mercado? Mas estes variam diariamente, ou de um lugar para outro, respondendo a simples variações conjunturais na oferta ou na procura; assim, a magnitude da riqueza produzida será maior ou menor segundo acontecimentos meramente circunstanciais. Além disso, a simples capacidade de determinado comerciante de induzir-nos a comprar certo artigo por preço superior ao "normal" nos fará proprietário de um bem mais valioso? A atividade especulativa, ao elevar artificialmente os preços de certos bens, terá a mágica capacidade de aumentar a riqueza representada por eles?

Uma solução possível para essas objeções seria a de utilizar como elemento homogeneizador algum tipo de preço especial: preço natural

(na forma de Smith ou de Ricardo), preço de equilíbrio (na forma marginalista), preço técnico de reprodução (na forma sraffiana), etc.

Qualquer dessas soluções que aceitássemos, teria implícito nosso convencimento de que tal preço mediria sempre e, necessariamente, a magnitude da riqueza correspondente.

Expliquemos melhor tal implicação. Tomemos duas mercadorias (A e B) e seus respectivos produtores (a e b). Suponhamos que os preços naturais, os preços de equilíbrio ou os preços técnicos de reprodução, em uma palavra, os “preços normais” (normais no sentido de que correspondem a alguma ‘norma’ teórica qualquer) sejam tais que a proporção de troca respectiva entre aquelas duas mercadorias seria:

$$2 A = 1 B.$$

Suposta essa situação, poderíamos afirmar que o produtor ‘a’ produz riqueza social de magnitude determinada, cada vez que termina de produzir cada unidade de mercadoria ‘A’. Ao produzir duas unidades de ‘A’ ele cria uma riqueza de magnitude duas vezes superior e, assim, sucessivamente.

Quando ‘a’ vai ao mercado e troca sua mercadoria por outra qualquer, em determinada proporção, ele entrega a outro indivíduo (produtor ou não) riqueza social de magnitude proporcional ao número de unidades do seu produto envolvido na transação (no nosso exemplo, duas unidades). Em troca das mesmas, recebe, sob a forma do produto ‘B’, certa quantidade de riqueza. Assim, a riqueza apropriada será proporcional ao número de unidades de ‘B’ entregues na transação comercial.

No entanto, no caso suposto de intercâmbio na proporção $2A = 1B$, correspondente aos preços ‘normais’, podemos afirmar, sem nenhuma dúvida, que a riqueza social representada por $2A$ é exatamente igual àquela representada por $1B$? Em outras palavras, a magnitude da riqueza **produzida** por ‘a’ sob a forma de duas unidades da mercadoria ‘A’, e entregue ao seu ‘parceiro comercial’, é igual à magnitude **APROPRIADA** por ele sob a forma de uma unidade de mercadoria ‘B’? A riqueza ‘produzida’ é igual em magnitude à riqueza “apropriada”.

Observando, então, a mercadoria ‘A’ (ou qualquer outra) vemos que ela apresenta duas dimensões quantitativas.

A primeira poderíamos chamar de grandeza da riqueza produzida. Para conhecê-la, teremos que saber, antes de mais nada, em que con-

siste a riqueza, qual é a sua **natureza** (a resposta anterior de que riqueza é um conjunto de valores-de-uso, evidentemente, não é satisfatória); a partir disso teremos que definir sua unidade de medida.

A segunda dimensão da mercadoria, grandeza apropriável de riqueza, dependerá, obviamente, da proporção de troca entre ela e a outra mercadoria. Em outras palavras, teremos que conhecer seus preços (ou preços relativos). Essa dimensão da mercadoria, então, refere-se à sua capacidade de, no mercado, apropriar-se de (transformar-se em) determinada magnitude de riqueza sob a forma de outra mercadoria. Dada a quantidade apropriável dessa outra e dadas a natureza e a medida da riqueza, a questão da magnitude da riqueza apropriada está resolvida.

Haverá sempre uma determinada relação de troca, ou um preço de 'A' em relação a 'B' que garantirá que a riqueza produzida será exatamente igual à riqueza apropriada. A esse preço daremos o nome de **preço correspondente ao valor** e ele garante que o valor produzido será igual ao valor apropriado. Valor e riqueza utilizaríamos, assim, como sinônimos.

Sendo assim, qual é o critério econômico que nos garante que o preço 'normal' é, exatamente e sempre, o preço correspondente ao valor? Em outras palavras, por que, necessariamente o preço 'normal' mede adequadamente a riqueza produzida?

Talvez, para os mercantilistas, uma resposta à questão não fosse muito difícil. Como a riqueza é dinheiro, é ouro e como, naquelas condições, duas unidades de 'A' ou uma unidade de 'B' poderiam ser trocadas pela mesma quantidade do metal precioso, representariam a mesma quantidade de riqueza. A igualdade nas grandezas daquelas riquezas não necessitaria, nem mesmo, que se tratasse de uma proporção de troca (entre 'A' e 'B') que correspondesse a preços 'normais'. Como, nesse caso, riqueza econômica e ouro se confundem, sempre estará implícita uma igualdade entre as magnitudes de riqueza, qualquer que seja a proporção de troca entre duas mercadorias, desde que ocorra no mercado. Lamentavelmente, a facilidade na solução desse problema corresponderia à ingenuidade do pensamento mercantilista.

Apesar da ingenuidade da resposta analisada, sua simplicidade nos permite entender algo absolutamente decisivo. Tal resposta ao problema tem um pressuposto relevante: a concepção particular sobre a **natureza** da riqueza econômica. É justamente porque o ouro é a natureza da riqueza que se poderia afirmar que, quaisquer que fossem os preços, a riqueza sob a forma de duas unidades de A teria a mesma

magnitude que aquela que aparece sob a forma de certa quantidade de 'B', ambas se trocariam pela mesma quantidade da riqueza, de ouro.

1.2 Não Correspondência entre Preço e Valor

Mas o que significa a não correspondência entre preço e valor? Ou, em outras palavras, que implicações têm o fato de que os preços das diversas mercadorias não sirvam de medida adequada da riqueza produzida?

Voltemos ao nosso exemplo anterior. Suponhamos que os preços 'normais' sejam de tal maneira que a relação de troca, ou o valor-de-troca, entre 'A' e 'B' seja o seguinte:

$$2A = 1B$$

Vamos supor também que a riqueza produzida por 'a', na forma de 2A, tenha magnitude igual a 100 unidades (qualquer que ela seja) de riqueza.

Supor que o preço normal de 'A' não corresponde à magnitude da riqueza produzida, ou à magnitude do seu valor, significa que em 1B está contida uma riqueza de magnitude diferente, digamos 80.

Se admitimos que 'a' e 'b' são respectivamente os produtores daquelas mercadorias, poderíamos dizer que:

- i. o valor, ou riqueza produzida por 'a', sob a forma de 2A, tem magnitude igual a 100 e é entregue a 'b', em troca de 1B;
- ii. a riqueza produzida por 'b', sob a forma de 1B, tem magnitude 80, e é entregue a 'a'.

Observando o ocorrido com 'a', vemos que entregou a 'b' riqueza (seu produto) de magnitude 100, a APROPRIOU-SE simplesmente de 80. Sofreu, no mercado, uma perda de 20; mas só perdeu 20 porque tal magnitude de riqueza foi por 'b' apropriada, por cima da riqueza que este havia produzido. Houve assim uma TRANSFERÊNCIA de riqueza, de valor, de 'a' para 'b'.

Qual seria, nesse caso, o preço, diferente do preço normal, que garantiria que a PRODUÇÃO e a APROPRIAÇÃO de valor por parte de cada um dos parceiros comerciais, fossem iguais? Em outras palavras, qual seria o preço que garantiria que, no mercado, a TRANSFERÊNCIA de valor fosse igual a zero?

No nosso caso esse preço seria tal que o valor-de-troca, ou a proporção de troca entre as mercadorias fosse:

$$20 A = 12,5 B, \text{ ou} \\ 2 A = 1,25B.$$

Nesse último caso, a produção de 'a' teria sido de 100 e sua apropriação também. O mesmo teria ocorrido com 'b', e a transferência seria igual a zero.

Como dissemos, chamaremos esse preço particular de preço correspondente à magnitude da riqueza produzida ou, simplesmente, **PREÇO CORRESPONDENTE AO VALOR**. No caso suposto, tal preço não seria o preço "normal".

Assim, existiria um só preço correspondente à magnitude do valor produzido, para cada mercadoria produzida. Saber qual é esse preço é tarefa posterior à resposta sobre a questão da natureza e da real medida do valor, da riqueza capitalista.

1.3 As Perguntas Fundamentais da Teoria do Valor

Finalmente, podemos reunir as três perguntas fundamentais que devem ser respondidas por uma verdadeira teoria do valor:

- qual é a natureza da riqueza capitalista?
- qual é a adequada unidade de medida da riqueza ou do valor?
- quais são os fatores que determinam a divergência entre o valor produzido e o valor apropriado por um determinado produtor, setor econômico, região ou país? ou, o que é a mesma coisa, quais são os fatores que determinam a divergência entre os preços ('normais', por exemplo) e os preços correspondentes ao valor?

1.4 Ricardo e a Medida do Valor

Tanto Smith quanto Ricardo tratam a sua maneira a questão da medida do valor.

Ricardo procura incessantemente uma medida adequada do valor das mercadorias: sua frustrada busca da mercadoria padrão. Mas, na verdade, sua preocupação tem motivações absolutamente diferentes das assinaladas anteriormente.

Observemos inicialmente que sua tentativa de encontrar a medida do valor não é precedida pela elaboração de um conceito sobre a natureza da riqueza. Por isso a medida ricardiana do valor, buscada e nunca encontrada, não responde a uma teoria da riqueza capitalista.

Sua preocupação é encontrar uma determinada mercadoria, ou melhorar as condições de produção de uma mercadoria, cujo "valor" seja absolutamente invariável, tanto frente a alterações na distribuição (salários/lucros) quanto porque seja produto de uma certa quantidade de trabalho eternamente invariável.

Ricardo não quer a medida do valor por ser esta a medida da riqueza produzida. Ele quer simplesmente uma determinada mercadoria que, tendo seu "valor" invariável e servindo de unidade de medida do valor-de-troca das demais, permita detectar as verdadeiras modificações no valor-de-troca de qualquer uma das outras. Pretende, ao mesmo tempo, uma unidade de medida tal que, frente a variações na distribuição, os preços relativos das demais mercadorias permaneçam invariáveis, contestando assim as idéias de Adam Smith.

Portanto, Ricardo não busca, propriamente, a medida do valor, mas simplesmente uma particular unidade de medida dos preços relativos, dos valores-de-troca.

Com Smith, como veremos, ocorre algo muito diferente. Seu ponto de partida é, verdadeiramente, uma teoria da riqueza, um conceito relativo à natureza da riqueza capitalista.

2. A RESPEITO DA TEORIA SMITHIANA DO VALOR

2.1. Sobre a Medida do Valor

Uma leitura convencional da teoria do valor de Smith sustentaria que sua busca de uma medida do valor diferente do dinheiro, justificaria-se no fato de que este, da mesma forma que qualquer outra mercadoria, possui valor variável. Daí que Smith chamasse os preços medidos em dinheiro de preços nominais.

Smith encontraria, então, a medida adequada do valor no trabalho comandado (exigido), isto é, a real medida do valor de uma mercadoria seria a quantidade de trabalho que pode com ela ser comprada, exigida, comandada; daí, o conceito de preço real.

Observe-se bem que o trabalho cumpre aqui exclusivamente um papel de medida e não de determinação da magnitude do valor. O tra-

balho me permite dizer que a magnitude do valor de uma mercadoria qualquer é igual a certa quantidade de trabalho comandado, mas não me permite afirmar se essa quantidade é 10, 20, ou qualquer outra. O que para Smith explica qual dessas quantidades de trabalho comandado corresponde à verdadeira magnitude do valor da mercadoria, como veremos posteriormente, é a soma das remunerações que devem ser pagas pela produção da mesma (salário, lucro e renda).

Assim, Cartelier afirma:

“A teoria de Smith não tem nada que ver com a teoria do valor-trabalho de Marx; é uma teoria da medição dos preços pelo trabalho comandado e da determinação dos preços pelos três componentes” (Cartelier, 1976, p.185).

Segundo a leitura ricardiana, a unidade de medida do valor, para Smith, seria o trabalho comandado porque o seu valor é invariável. Seria ilógico aceitar como unidade de medida de qualquer magnitude, uma que tivesse por seu lado, grandeza variável. Medir, por exemplo, o comprimento de uma mesa com uma fita métrica elástica é algo absolutamente irracional. Pareceria, portanto, que na invariabilidade do valor do trabalho, encontrar-se-ia plenamente a justificativa da escolha da unidade de medida.

No entanto, estamos convencidos de que o substancial não é isso e o próprio Smith tinha plena consciência do fato: antes de definir o trabalho comandado como a medida adequada do valor, ele o identifica com a própria natureza da riqueza. Assim, a medida desta (ou do valor) deriva diretamente da sua natureza. Veremos isso detidamente.

2.2 A Natureza da Riqueza

É inegável a relevância que Smith atribui ao conceito de riqueza. No próprio título de sua obra fundamental, encontraremos o argumento suficiente para essa afirmação: “Investigações da Natureza e Causas da Riqueza das Nações”. Impossível seria encontrar melhor argumento.

Inicialmente, a riqueza é entendida, por Smith, simplesmente como o conjunto daquelas “coisas necessárias e convenientes” para a vida dos homens; em outras palavras, a riqueza identifica-se com os valores-de-uso. Daí que a causa do crescimento da mesma seja a divisão do trabalho (capítulo I do livro citado), responsável pelo incremento progressivo da sua produtividade. No entanto, a coisa muda, em certa medida, quando nos encontramos numa sociedade capitalista. Vejamos as

próprias palavras de Smith, no primeiro parágrafo do capítulo V, da Riqueza das Nações:

“Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. TODAVIA, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto do seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de SERVIÇO ALHEIO que está em condições de encomendar ou COMPRAR” (Smith, 1983, v.1, p.63).

Poderemos acusar Smith de construir seu conceito de riqueza social a partir do que acredita ser riqueza individual, mas não podemos dizer que o conceito de riqueza para Smith seja puramente identificado com valor-de-uso. E ele é muito mais claro alguns parágrafos depois:

“Riqueza é poder, como diz Hobbes. Mas a pessoa que adquire ou herda uma grande fortuna não necessariamente adquire ou herda, com isto, qualquer poder político, seja civil ou militar. Possivelmente, sua fortuna pode dar-lhe os meios para adquirir esses dois poderes, mas a simples posse da fortuna não lhe assegurará nenhum desses dois poderes. O poder que a posse dessa fortuna lhe assegura, de forma imediata e direta, é o poder de compra; um certo comando sobre todo o trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que está então no mercado. Sua fortuna é maior ou menor, exatamente na proporção da extensão desse poder; ou seja, de acordo com a quantidade de trabalho alheio ou – o que é a mesma coisa – do produto do trabalho alheio que esse poder lhe dá condições de comprar ou comandar” (Smith, 1983, v.1, p.63).

Para Smith, então, riqueza é uma **relação social**; é a relação social que implica domínio sobre trabalho alheio, capacidade de compra, de controle sobre o trabalho humano. Uma certa quantidade de uma mercadoria qualquer representa uma determinada magnitude ou grandeza de riqueza igual à quantidade de trabalho que com ela se pode comprar. Isso ocorre na sociedade capitalista, onde o trabalho é assalariado. Em sociedades mercantis não capitalistas, a riqueza seria o domínio não sobre o trabalho, mas sobre o produto dele.

Esse conceito de riqueza também seria adequado para sociedades divididas em classes, nas que as relações mercantis não sejam a sua própria lógica. Assim no escravismo e no feudalismo a riqueza seria o domínio sobre o trabalho de massas de escravos ou servos.

Parece-nos que fica suficientemente clara a profundidade teórica de Smith ao conceber a natureza da riqueza como uma relação social de domínio, ao contrário de visões fetichizadas que atribuem o conceito à posse ou ao controle de coisas materiais, como por exemplo a terra.

Abandonaria, nosso autor, a partir de agora, a idéia de que um conjunto de coisas úteis (de valores-de-uso), independentemente da sua capacidade de comprar trabalho alheio, seja riqueza? Em outras palavras, o valor-de-uso, em si mesmo, deixa de ser considerado riqueza?

A resposta deve ser negativa. Smith sustenta que a riqueza é duas coisas ao mesmo tempo: valor-de-uso e domínio sobre trabalho alheio. Uma passagem, entre outras, do mesmo capítulo V, parece ser suficiente para indicar isso:

“...o valor dessa riqueza (parece-nos melhor, a magnitude dessa riqueza, RC), para aqueles que a possuem, e **desejam trocá-la** por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar” (Smith, 1983, v.1, p.63).

Assim, a riqueza representada por um produto define-se pelo seu valor-de-uso quando seu destino é o próprio consumo; define-se por sua capacidade de comprar trabalho alheio, quando seu destino é o mercado. Nesse sentido, é interessante o paradoxo smithiano que liga o valor e o valor-de-uso.

Smith concebe a riqueza, portanto, como algo com dupla natureza e nesse aspecto muito se aproxima de Marx. Não foi capaz, no entanto, de perceber que essa duplicidade é intrinsecamente contraditória e que, justamente o desenvolvimento da sociedade, ou da forma social, explica-se e, ao mesmo tempo, manifesta-se no desenvolvimento dessa contradição.

Acusá-lo hoje dessa “insuficiência” é quase como pretender que a lógica dialética constitua a forma natural do pensamento humano. Evidentemente não poderíamos exigir de Smith um pensamento dialético.

As limitações do pensamento racionalista permitem pensar a natureza de qualquer fenômeno social, no máximo, como mera justaposição de uma dupla determinação; jamais como a unidade de dois contrários em desenvolvimento. De todas maneiras, isso já representa uma grande conquista do pensamento científico, especialmente se comparado com o retrocesso que representará posteriormente a ingenuidade ricardiana ao tratar do mesmo assunto.

Frente a um determinado produto, na sociedade capitalista, per-

guntar-se-ia a Smith inicialmente qual o seu destino; o consumo ou o mercado. Se o primeiro, a riqueza é o seu valor-de-uso; se o segundo, a sua capacidade de comprar trabalho alheio. Vejamos, no entanto, que com o desenvolvimento ou expansão capitalista a produção cada vez mais se destina exclusivamente ao mercado; cada vez menos se destina ao consumo do seu próprio produtor. Se, inicialmente, só o excedente sobre o consumo do próprio produtor vai ao mercado, cada vez mais o produto deixa de ser um valor-de-uso para seu produtor. Cada vez mais, também, o desenvolvimento do capitalismo vai preenchendo aqueles espaços de sobrevivência da produção para o autoconsumo (no campo e na cidade). Dessa maneira, a riqueza que é, ao mesmo tempo, valor-de-uso e capacidade de comprar trabalho alheio, cada vez mais será domínio sobre o trabalho de outros e cada vez menos valor-de-uso. É verdade que este resulta, em última instância, ser o fundamento natural daquele, mas como mero conteúdo material subordinado, como pólo dominado. Em resumo a riqueza seria tendencialmente, no capitalismo, mero domínio sobre outros homens.

É óbvio que não poderíamos exigir de Smith tais conclusões, mas elas nos permitem entrever as possibilidades de desenvolvimento de sua teoria, a proximidade e distância verdadeira em que se encontra do pensamento marxista, a profundidade do seu pensamento.

2.3 Sobre o Valor Invariável do Trabalho

É necessário insistir em um aspecto. Para Smith, não é porque o trabalho sempre tenha valor invariável que ele se constitui em medida real do valor das mercadorias. Totalmente ao contrário, é justamente porque o trabalho comandado é a própria natureza da riqueza, porque se identifica conceitualmente com ela, que trabalho é medida real e, por isso, necessariamente seu valor deve ser invariável.

Frente ao fato de que os salários podem variar, aumentando ou diminuindo, Smith não vacila: não é o valor do trabalho que se altera, mas sim o valor das mercadorias: diminuindo no primeiro caso e aumentando no outro:

“E para o empregador, o preço do trabalho parece variar, da mesma forma como muda o valor de todas as outras coisas. Em um caso, o trabalho alheio se apresenta ao empregador como caro, em outro, barato. Na realidade, porém, são bens que, num caso, são baratos, em outro, caros” (Smith, 1983, v.1, p.65).

A explicação da invariabilidade do valor do trabalho, ou melhor, sua confirmação a posteriori (pois, a explicação encontra-se no próprio conceito de riqueza) encontrar-se-á no ponto de vista do trabalhador:

“Pode-se dizer que quantidades iguais de trabalho tem valor igual para o trabalhador, sempre e em toda parte. Estando o trabalhador em seu estado normal de saúde, vigor e disposição, e no grau normal de sua habilidade e destreza, ele deverá aplicar sempre o mesmo contingente de seu desembaraço, de sua liberdade e de sua felicidade. O preço que ele paga deve ser sempre o mesmo, qualquer que seja a quantidade de bens que receba em troca de seu trabalho. Quanto a esses bens, a quantidade que terá condições de comprar será ora maior, ora menor, mas é o valor desses bens que varia, e não o valor do trabalho que os compra” (Smith, 1983, v.1, p.65).

Dessa forma, poderíamos pensar que o conceito de riqueza em Smith está associado com a idéia de que o trabalho implica sempre desprazer, infelicidade, em palavras neoclássicas: desutilidade.

Cartelier, analisando a questão da invariabilidade do valor do trabalho considera que Smith tratou o assunto de maneira ambígua (Cartelier, 1976, p.180), o que nos parece uma injustiça. No entanto, é a profundidade do estudo que esse ator realizou sobre o pensamento de Smith que lhe permitiu concluir algo extremamente importante sobre a teoria smithiana: o papel teórico central do trabalho.

“Embora parece nitidamente que, aos olhos de Smith, o trabalho tem um lugar particular e privilegiado no seio das mercadorias (ou com relação a elas), existe certa dificuldade para precisar esse estatuto” (Cartelier, 1976, p.181).

Cartelier não percebe que esse lugar privilegiado do trabalho na teoria se deve ao fato de que ele é a própria natureza da riqueza; o trabalho, para Smith, identifica-se plenamente com riqueza. É possível que a dificuldade de Cartelier para precisar tal estatuto deva-se ao fato de que, na visão ricardiana, o conceito de riqueza é desprovido de relevância, pelo menos no que se refere à teoria do valor. De todas maneiras, isso não retira o mérito de Cartelier de haver pressentido que o trabalho não é uma mercadoria qualquer e que cumpre um papel destacado na teoria de Smith.

2.4 Sobre os Conceitos de Valor, Preço Real e Preço Nominal do Trabalho

Um aspecto deve ser considerado mais de perto no que se refere ao trabalho. É o da própria validade de atribuir-lhe o conceito de valor.

Como vimos, para Smith, o valor de qualquer mercadoria mede-se pela quantidade de trabalho alheio que com ela se pode comprar, por exemplo, o valor de uma unidade da mercadoria A = 10 horas de trabalho. E como fica, nesse aspecto, a mercadoria trabalho? A magnitude do valor do trabalho mede-se por quantidade de trabalho? Em outras palavras, podemos dizer que o valor de 10 horas de trabalho é igual a 10 horas de trabalho? Isso, evidentemente, não tem sentido.

Já vimos que, considerado como mercadoria, em Smith, o trabalho desfruta de posição privilegiada, já que é a própria riqueza. Mas, é necessário que o trabalho tenha alcançado o status de mercadoria para que seja considerado por Smith a natureza da riqueza e, portanto, seja a medida real do valor? Em outras palavras, tais papéis só lhe são entregues na sociedade capitalista, quando se trata de trabalho assalariado? Já destacamos que mesmo em sociedades como a feudal ou escravista, o trabalho poderia ser entendido como a natureza da riqueza. Para Smith a condição necessária é que a divisão do trabalho tenha sido implantada (Smith, 1983, v.1, p.63). A ocorrência de comércio nessas sociedades nos permitiria então aceitar o trabalho como a medida real do valor.

Assim, entendemos que, mesmo não existindo trabalho assalariado, o trabalho, para Smith é a medida do valor.

Dessa maneira, se já era difícil pensar o conceito de valor do trabalho mesmo aceitando sua condição de mercadoria (embora especial), muito mais difícil é admiti-lo quando não se trata de trabalho assalariado.

Somos obrigados a concluir que não é rigoroso atribuir ao trabalho o conceito de valor. No entanto, o fato é que ele é a medida do valor e deve conter, portanto, uma dimensão quantitativa invariável. Já que, quando é possível pensá-lo como mercadoria, desfrutaria de estatuto especial, pode-se atribuir-lhe uma dimensão não presente nas 'vulgares' mercadorias. Podemos chamar essa dimensão de "valoração". É a valoração do trabalho que é invariável e isso porque ele é a própria natureza da riqueza e porque, para o trabalhador, a mesma quantidade de trabalho implica sempre a mesma desutilidade, em condições normais. Assim a valoração é a dimensão quantitativa invariável do trabalho.

Se Smith houvesse substituído a designação de valor do trabalho por valoração, talvez pudesse ter evitado algumas das incompreensões das que foi vítima.

Outra coisa totalmente diferente é o que ocorre com o conceito de salário real e salário nominal. No que se refere ao último, não há dificuldades. Como o preço nominal das mercadorias é o seu preço medido em dinheiro, o salário nominal do trabalho será o seu preço em dinheiro.

O conceito de salário real, por seu lado, apresenta alguma dificuldade. Enquanto o preço real das mercadorias é o seu preço medido em trabalho alheio, o salário real (ou preço real do trabalho) aparece em Smith como a quantidade de bens recebida pelo trabalhador. Mas, observe-se que aparece não como um conceito teórico, mas como resultante da “acepção popular”. De todas maneiras, por simplicidade e para alguns efeitos, poderemos utilizá-lo sem incorrer em maior violência contra a teoria de Smith. No entanto, em Smith, não é só ao salário real que se lhe nega o estatuto de conceito teórico, também ao salário nominal:

“Em tal acepção popular, portanto, pode-se dizer que o trabalho, da mesma forma que as mercadorias, tem um preço real e um preço nominal. Pode-se dizer que seu preço real consiste na quantidade de bens necessários e convenientes que se permuta em troca dele; e que seu preço nominal consiste na quantidade de dinheiro” (Smith, 1983, XV.1, p.65).

É possível que Smith tenha colocado também o conceito de preço nominal do trabalho como mero resultado da acepção popular, para destacar que o trabalho não se encontra na mesma posição teórica que as ‘vulgares’ mercadorias. Destaque-se, também, o fato de que, na passagem citada, ele é explícito não incluindo o trabalho entre as mercadorias: “... o trabalho, da mesma forma que as mercadorias ...” e não “... o trabalho, da mesma forma que as outras mercadorias ...”

2.5 As Duas Teorias da Determinação do Valor em Smith

Aparentemente encontramos em Smith duas formas de determinação do valor. A primeira, referente à sociedade ‘primitiva’, na qual a magnitude do valor encontrar-se-ia determinada pela quantidade de trabalho incorporado em cada mercadoria:

“No estágio antigo e primitivo que precede ao acúmulo de patrimônio ou capital e à apropriação da terra; a proporção entre as quanti-

dades de trabalho necessárias para adquirir os diversos objetos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objetos uns pelos outros” (Smith, 1983, v.1, p.77).

A outra forma de determinação seria própria da sociedade capitalista, isto é, na sociedade onde existe a apropriação privada da terra e o acúmulo de capital. Nessa sociedade a magnitude do valor das mercadorias estaria determinada pela soma das remunerações que devem ser pagas na produção das mesmas; salários, lucros e rendas. Essas remunerações seriam portanto componentes do preço real e a proporção de troca entre as mercadorias regular-se-ia pela soma desses componentes. Trata-se, pois, de uma teoria do valor (ou melhor, dos preços) pelos componentes e não uma teoria valor-trabalho como normalmente é entendida.

Na verdade, como bem notou Cartelier, em Smith, existe uma única teoria da determinação do valor que é a da determinação pela soma dos três componentes (Cartelier, 1976, p.187). E isso é muito claro através das próprias palavras de Smith:

“Em toda sociedade, o preço de qualquer mercadoria, em última análise, se desdobra em um ou outro desses três fatores, ou então nos três conjuntamente; e em toda sociedade mais evoluída, os três componentes integram, em medida maior ou menor, o preço da grande maioria das mercadorias” (Smith, 1983, v.1, p.79).

Dessa forma, a determinação da magnitude do valor, na sociedade ‘primitiva’, não passa de um caso particular onde o lucro e a renda da terra são nulos.

É importante destacar, no entanto, que não se trata de uma teoria dos fatores de produção à maneira neoclássica, onde cada um deles contribui para constituição do valor, podendo-se, portanto, definir o conceito de produtividade para cada um deles. Napoleoni destaca adequadamente essa questão:

“... na base do lucro e da renda não se encontram (como mais tarde viriam a considerar os economistas modernos) ‘fatores produtivos’ específicos: o mesmo trabalho que está na base do salário, está também na base do lucro e da renda – o trabalho não só reproduz o seu próprio salário, como produz ainda o lucro e a renda” (Napoleoni, 1980, p.26).

Para Smith, o trabalho é o único que ‘gera’ riqueza, que ‘produz’ valor; mas o faz, não na medida da sua duração (trabalho incorporado), mas na proporção em que cria capacidade de apropriação de trabalho

alheio, através dos bens, produzidos. A magnitude do valor acrescentado às matérias-primas pelo trabalho, é igual ao acréscimo de trabalho que pode ser com elas comprado². Suponhamos, por exemplo, que para produzir uma unidade da mercadoria A são necessárias 10 horas de trabalho. Nessas dez horas, o trabalho gera um valor de magnitude igual, não a 10 horas, mas a 20, se essa é a quantidade de trabalho que se pode comprar com 1A.

Não pode haver dúvidas sobre o fato de que essa é a posição de Smith:

“... o valor que os trabalhadores acrescentam aos materiais desdobra-se, pois, em duas partes ou componentes, sendo que a primeira paga os salários dos trabalhadores, e a outra, os lucros do empresário (também a renda da terra, que Smith trata depois, RC) ...” (Smith, 1983, v. 1, p. 78).

Observemos que são exatamente as remunerações, ou mais precisamente, a capacidade de apropriação de riqueza por parte dos empresários capitalistas e dos proprietários da terra, que determinará em que medida o trabalho comandado será maior que o trabalho incorporado, determinando assim a magnitude do valor. É fácil perceber que, sob condição de lucro e renda diferentes de zero, o trabalho comandado será sempre maior que o trabalho contido. O salário, como qualquer outra das remunerações³, pode ser medido em trabalho comandado e, assim, é igual (em magnitudes) ao trabalho incorporado. Portanto, será a soma das magnitudes do lucro e da renda (medidas em trabalho exigido) que determinará a diferença entre a magnitude do valor de uma mercadoria e a quantidade de trabalho que nela está contido. Assim, as remunerações (salários, lucros e renda) não são frações de uma magnitude de valor predeterminada, mas fatores da sua determinação.

2.6 Outras duas Teorias do Valor em Smith

No que se refere especificamente à determinação do valor na sociedade moderna, ou capitalista, Napoleoni afirma encontrar duas con-

² Como comentaremos posteriormente, Napoleoni parece não ter claro esse aspecto.

³ “*Importa* observar que o valor real dos diversos componentes do preço é medido pela quantidade de trabalho que cada um deles pode comprar ou comandar. O trabalho mede o valor não somente daquela parte do preço que se desdobra em trabalho efetivo, mas também daquela representada pela renda da terra, e daquela que se desdobra no lucro devido” (Smith, 1983, v. 1, p. 79).

cepções opostas, contraditórias, em Smith:

“Estamos, pois, em presença de duas concepções opostas. Segundo uma, o salário, o lucro e a renda são partes de um valor global preexistente... Segundo a outra, o valor é a resultante, mediante a soma de três elementos que se encontram pressupostos (Napoleoni, 1980, p. 28).

Napoleoni parte da afirmação de Smith segundo a qual:

“... o valor que os trabalhadores acrescentam aos materiais dobra-se, pois, em duas partes ou componentes, sendo que a primeira paga os salários dos trabalhadores, e a outra, os lucros do empresário...” (Smith, 1983, v. 1, p. 78).

Frente a essa afirmação de Smith, já citada por nós, Napoleoni conclui que o valor acrescentado aos materiais tem como única origem a ação do trabalhador, o trabalho e, portanto, não é produto conjunto de duas fontes diferentes. Está pensando, evidentemente, nos conceitos de produtividade do trabalho e do capital (também da terra), alheios ao pensamento smithiano. Sua conclusão é a seguinte:

“... segundo essa perspectiva, a forma como o valor se distribui entre as classes não tem a ver com o modo como se forma o próprio valor” (Napoleoni, 1980, p. 28).

O valor estaria, assim, determinado pelo trabalho incorporado. Isso, evidentemente seria totalmente contraditório com a ‘outra’ concepção de Smith de determinação pelos três componentes.

Na verdade, o erro de Napoleoni está em acreditar que o valor acrescentado pelos trabalhadores aos materiais tem magnitude igual à duração do trabalho incorporado, aspecto já assinalado anteriormente. Dessa maneira, podemos concluir, não há duas concepções em Smith sobre a determinação da magnitude do valor, e muito menos opostas, contraditórias.

2.7 O Círculo Vicioso de Smith

Napoleoni, partindo dessas supostas duas concepções de Smith, e observando que uma delas implicaria um círculo vicioso, chega a justificar o caminho escolhido por Ricardo, no que se refere a determinação do valor: o trabalho incorporado.

“O fato da segunda concepção fazer Smith entrar em um círculo vicioso será decisivo para que Ricardo venha a tomar partido pela primeira, como veremos: assim, a idéia básica é que a mercadoria tem um

preço natural e que este é a soma do salário, do lucro e da renda; mas o salário depende, por sua vez, dos preços naturais dos bens de subsistência, os quais são, por sua vez, compostos por salários, lucros e rendas. Deste modo chega-se a proposição, destituída de conteúdo, de que os preços dependem dos preços.”⁴

Cartelier coloca o problema de maneira um tanto diferente:

(...) “afirmar que o preço resolve-se numa soma de salários, lucros e renda implica que a teoria da distribuição deve poder desligar-se dos preços. Na falta disso haveria uma circularidade no procedimento: a distribuição que determina as remunerações-componentes do preço não pode pressupor a amplitude de tais preços. Esta exigência lógica, e a priori é difícil ver como poderá ser satisfeita no sistema de Smith, está ligada ao seguinte fato: não se trata de expressar preços já determinados em termos de remunerações, mas de determinar esses preços a partir das remunerações” (Cartelier, 1976, p. 188).

Evidentemente, a questão fica melhor colocada com Cartelier. De fato, a determinação do valor em Smith supõe a existência prévia de uma teoria da distribuição, isto é, de uma teoria que explique como a riqueza produzida é repartida entre as três classes sociais. Dessa maneira, a teoria do valor implicaria uma circularidade, ou um círculo vicioso, se a teoria da distribuição dependesse da determinação dos preços. Veremos, em seguida, essa questão.

Antes de mais nada, deixemos claro que em um aspecto poderíamos aceitar críticas à teoria do valor de Smith. Apesar de que em sua teoria o salário pode ser aceito como determinado teoricamente (capítulo VIII), o mesmo não acontece com a taxa de lucro (capítulo IX) e com a renda da terra (capítulo XI). Assim, poderíamos afirmar que, na forma de Smith entender a magnitude do valor, existiria indeterminação. Aprofundaremos o assunto depois.

No que se refere à circularidade, ou ao círculo vicioso, é importante termos em consideração a seguinte passagem de Smith:

“Importa observar que o valor real dos diversos componentes do preço é medido pela quantidade de trabalho que cada um deles pode comprar ou comandar. O trabalho mede o valor não somente daquela parte do preço que se desdobra em trabalho efetivo, mas também daquela representada pela renda da terra, e daquela que se desdobra no

⁴ Napoleoni (1980, p. 28). Benetti tem posição similar. Ver Benetti (1978, p. 38). Essa obra encontra-se também em língua portuguesa, com o título “Valor e Repartição” (Coimbra, Centelha, 1978).

lucro devido ao empresário" (Smith, 1983, v.1, p. 79).

Dessa maneira, o salário, como componente do preço de uma mercadoria qualquer, pode ser medido pelo trabalho comandado. Em outras palavras, o valor do salário é uma determinada quantidade de trabalho comandado.

Seja V_a o valor de uma mercadoria 'A' qualquer. Assim,

$$V_a = S + L + R,$$

onde S = salário, L = lucro e R = renda.

A magnitude do valor de S é a quantidade de trabalho que se pode comprar com ele, que é exatamente igual, sempre, a quantidade de trabalho incorporada na mercadoria A. Dessa maneira, qualquer que seja o nível do salário, o valor dos salários pagos pela produção de qualquer mercadoria é igual a quantidade de trabalho incorporado, o que é totalmente independente dos preços. Portanto, no que concerne ao primeiro dos componentes do valor das mercadorias, a remuneração do trabalho, não existirá a circularidade, ou o círculo vicioso, referidos por Cartelier e por Napoleoni. Esse também é o raciocínio que nos permite afirmar que o trabalho comandado é sempre maior que o trabalho incorporado, desde que o lucro e a renda não sejam iguais a zero.

Assim, poderia haver circularidade exclusivamente no que diz respeito ao lucro e a renda. No entanto, como já afirmamos, mais do que círculo vicioso, o que existe em Smith, é indeterminação. Se pudéssemos encontrar um procedimento, coerente com Smith, de determinação do excedente (dos lucros e da renda), que atendesse à exigência lógica de independência dos preços ou, pelo menos, de determinação simultânea do valor e da taxa de excedente (de lucro), a questão ficaria resolvida.

2.8 A Determinação do Valor dos Salários, do Lucro e da Renda no Setor de Bens-Salário

Vamos analisar a determinação do valor dos bens de consumo dos trabalhadores. Admitiremos que a cesta de consumo dos trabalhadores esteja constituída por uma única mercadoria 'W', e que a taxa de salário seja igual a 10W, isto é, 1 hora de trabalho = 10W.

Assim, podemos afirmar, a priori, independente da magnitude do lucro e da renda nesse setor, que com 10W posso dispor, comandar uma

hora de trabalho e que, portanto, o valor de $10W$ é igual a 1 hora de trabalho comandado. Essa mercadoria W é a única da economia que possui magnitude do valor determinada antes de que sejam conhecidas a taxa de lucros e a renda da terra.

Da mesma maneira que Smith, vamos considerar inicialmente que o valor de todas as mercadorias se resolve em remunerações, isto é, na soma de salários, lucro e renda. Isso significa, na terminologia marxista, que o capital constante, como componente do valor, é igual a zero.

Vamos supor que a produtividade do trabalho no setor que produz W , seja tal que o trabalho necessário (incorporado) para a produção de 100 unidades de W seja igual a 4 horas de trabalho. Como o valor de 100 W é igual a 10 horas de trabalho, e o trabalho incorporado é de 4 horas, a magnitude do excedente será de 6 horas de trabalho comandado.

Dessa maneira, a determinação da magnitude do excedente (a soma dos lucros e da renda da terra paga) no setor que produz bens de consumo dos trabalhadores, não é independente dos salários.

Podemos observar no capítulo VIII da Riqueza das Nações que o salário natural, para Smith, não é uma magnitude constante e igual ao mínimo de subsistência, mas determinado fisiologicamente pelo grau de mortalidade (especialmente infantil) e pela exigência que a acumulação de capital faz sobre o crescimento da população trabalhadora. De todas maneiras, já vimos, seu valor não depende dos preços mas do trabalho contido.

Poderíamos concluir dizendo que a magnitude do excedente, no setor de bens-salário, depende da produtividade do trabalho, de condições fisiológicas (e também sociais, históricas e morais, seguindo a Marx) ligadas à sobrevivência do trabalhador e, finalmente, do ritmo da acumulação (que poderíamos, como o faz o próprio Smith, admitir como determinado fora do modelo).

Convém, neste momento, destacar algo interessante. Embora o excedente do setor considerado seja algo totalmente determinado e dependente do salário pago, a magnitude do valor do produto, que é igual à soma dos salários e do excedente, curiosamente será alterado com uma simples mudança do salário real (taxa de salário multiplicada pelo tempo de trabalho). Dessa maneira o valor é variável com a distribuição e cairíamos, aparentemente, numa dificuldade similar àquela de que um bolo não pode crescer simplesmente porque se deseja parti-lo de maneira diferente.

No entanto, uma visão mais atenta nos permitirá esclarecer facilmente a questão acima. Todas as parcelas do valor do produto medem-se em trabalho comandado. Assim, o salário será sempre igual ao trabalho contido, mas algo diferente ocorre com o excedente. Sua medida depende da capacidade dessa parte do valor do produto de comprar trabalho e é, portanto, variável conforme a taxa de salário. A analogia com o bolo não é satisfatória no caso, pois um dos pedaços encontra sua medida na relação com o outro. Esse resultado, em Smith, é absolutamente compreensível quando se sabe que, para ele, a produção de riqueza define-se pela capacidade de sua apropriação de trabalho; a riqueza não se define por sua materialidade, como em Ricardo, mas por seu poder de domínio sobre trabalho alheio.

Até aqui, no setor de bens-salários, já conhecemos a magnitude do excedente. Poderíamos, então, determinar a magnitude da massa de lucro, utilizando uma teoria da renda diferencial ao estilo de Ricardo no "Ensaio" (Ricardo, 1951). A renda da terra seria determinada em termos puramente físicos, em bens-salário, e nesses mesmos bens ficaria determinada a massa de lucro.

Se pudéssemos calcular a taxa de lucro no setor de bens de consumo dos trabalhadores e, partindo da suposição de uniformidade da taxa de lucro, teríamos nosso problema teórico resolvido. Seria a taxa de lucro do setor de bens-salário que determinaria a taxa de lucro do sistema. A analogia como o Ricardo do "Ensaio" estaria novamente presente, exceto pelo fato de que o setor considerado por este como o determinante é o setor agrícola.

É necessário, no entanto, ter presente que o cálculo da taxa de lucro do setor que produz bens de consumo para os trabalhadores, vai depender da magnitude do seu capital; o problema é que parte dele está formado por bens produzidos em outros setores. O valor desses bens depende da taxa de lucro e esta, daquele valor. Essa dificuldade só pode ser resolvida através da determinação simultânea do valor e da taxa de lucro, através de um sistema de equações.

Além do indicado no parágrafo anterior, haveria um problema adicional se abandonássemos a idéia simplificadora de reduzir o valor à simples soma de remunerações e, portanto, se incluíssemos o capital constante. Nesse caso não só teríamos a indeterminação da taxa de lucro, mas também a da massa de lucro ou, ainda, a da magnitude do próprio excedente do setor de bens-salário. Como o valor do capital constante é previamente desconhecido, só poderíamos conhecer o valor

do 'excedente bruto' (sem descontar o capital constante consumido), mas não o verdadeiro excedente 'líquido' daquele setor.

A solução para essa dificuldade é possível através de um sistema de equações que permita a determinação simultânea do valor dos bens que não são consumidos pelos trabalhadores (o valor dos bens-salário depende, como vimos, exclusivamente da taxa de salário) e da taxa de lucro. Mas esse é um tema para outra oportunidade.

2.9 Produção e Apropriação de Riqueza em Smith

Retornemos às questões assinaladas na Introdução e as consideremos no âmbito da teoria smithiana do valor.

Em primeiro lugar, sabemos que, para Smith, a magnitude da riqueza ou do valor gerado pelo trabalho, ao produzir uma mercadoria, define-se pela capacidade de apropriação de trabalho alheio (de riqueza) que essa mercadoria tem no mercado, em condições normais. Tal normalidade nas condições implica taxas naturais de remuneração para os trabalhadores, os empresários e os senhores de terra. Assim, o preço natural real (isto é, medido em trabalho) seria a verdadeira magnitude do valor (ou riqueza) produzido pelo trabalho.

Será exclusivamente na teoria marxista do valor que encontraremos a distinção inequívoca entre produção e apropriação de valor. No caso da teoria de Smith, embora a diferença clara entre aquelas duas categorias não esteja presente, a produção, como conceito teórico, joga um papel relevante. Grande parte da dificuldade existente em compreender Smith deve-se, justamente, ao fato de que se desconhece a relevância de tal conceito.

Em Smith, a produção de valor define-se pela apropriação, dadas as taxas naturais de remunerações. É verdade que isso pode entender-se como uma limitação, mas se trata, sem dúvida nenhuma, de uma superioridade se confrontada com as teorias neoclássica, ricardiana ou mesmo neo-ricardiana.

Colocada a questão nesses termos, que nos parecem os adequados, fica fácil perceber que para Smith, seu preço 'normal', isto é, o preço natural em trabalho, mede adequadamente a verdadeira magnitude da riqueza produzida. Em outras palavras, o preço natural corresponde sempre e necessariamente ao valor. E isso, em virtude da sua particular concepção sobre a natureza da riqueza capitalista (domínio sobre trabalho alheio).

Dessa maneira é natural que encontremos em Smith certa confusão entre os conceitos de valor, valor-de-troca e preço natural real (ver especialmente o capítulo V da Riqueza das Nações). Na verdade, trata-se não propriamente da confusão, mas de uma identificação, justificada teoricamente até certo ponto, dessas categorias.

Poderíamos atribuir a Smith, sem nenhuma violência a sua teoria, a idéia da não correspondência entre preço e valor, o conceito de transferência de valor. Quando o preço de mercado diferir do preço natural e, portanto, quando uma ou mais das remunerações apresentar um nível diferente do determinado pela taxa natural, estaríamos frente àqueles fenômenos: transferência diferente de zero e não correspondência entre preço e valor.

BIBLIOGRAFIA

- BENETTI, Carlo (1975). **Valor y Distribución**. Madrid, Saltés, 1978.
- CARTELIER, Jean (1976). **Excedente y Reproducción. La Formación de la Economía Política Clássica**. México, Fondo de Cultura Económica, 1981.
- NAPOLEONI, Cláudio (1977). **O Valor na Ciência Econômica**. Lisboa, Presença, 1980.
- RICARDO, David (1951). Ensaio Acerca da Influência do Baixo Preço do Cereal sobre os Lucros do Capital. In: NAPOLEONI, Cláudio (1973). **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- SMITH, Adam (1776). **A Riqueza das Nações**. São Paulo, Abril Cultural, 1983, 2 v.

VALUE, WEALTH AND THE THEORY OF SMITH

ABSTRACT

This paper, after showing that value theory should not be confounded with a simple theory of relative prices, presents a reinterpretation of the Smithian approach. The paper does not look for the supposed contradictions of the approach; it looks for its internal coherence. All difficulties in reading Smithian value theory is then attributed to the readers, as a consequence of their own viewpoint. Thus, it can be shown that very nearly all criticism originated in Ricardo and even in Marx are not satisfactory. Smith hence reacquires a greater relevance within the economic thought.